



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 26/08/2018

### Roteiro de Correção

#### Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos

##### Questão 01

I. Indicar que os índices de liquidez medem a situação financeira em termos de capacidade de pagamento.

II. Determinação e explicação dos índices

III. Recomendação e limitações

**Total da Questão 01 – 10 pontos**

##### Questão 02

1. Na contabilidade pública, o regime de competência da despesa previstos nos artigos 35, II, da Lei n.º 4.320/64 e 50, II, da LRF, não possibilita gasto acima dos créditos concedidos, visto que no método das partidas dobradas, a contrapartida do lançamento a crédito da conta "crédito empenhado" seria o lançamento a débito da conta "crédito disponível". Então, contabilmente, só seria possível empenhar se houvesse saldo orçamentário na dotação própria.

2. O instrumento previsto na lei para evitar que a fixação de despesa fique sem dotação é a abertura de créditos adicionais por meio de decreto do chefe do poder executivo, previsto nos artigos 40 e 42 da Lei n.º 4.320/64,

3. A Constituição Federal e a Lei n.º 4.320/64 dispõem que a lei orçamentária anual poderá estabelecer autorização ao poder executivo para a abertura de créditos, sendo a iniciativa de lei sobre matéria orçamentária de competência privativa do chefe do Poder Executivo, por força do disposto no art. 61, § 1º, II, "b", e 84, XXIII, da CF/88.

4. A Constituição proíbe a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários (art. 167, II, CF/88) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que as despesas sem adequação orçamentária, ou seja, sem dotação suficiente, serão consideradas nulas, irregulares e lesivas ao patrimônio público.

**Total da Questão 02 – 10 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**FGV PROJETOS**

**PROVAS DO DIA 26/08/2018**

### Roteiro de Correção

#### Consultor Legislativo - Assessoramento Legislativo

##### Questão 01

1. Aplicação, pelo princípio da simetria ou paralelismo, das normas cogentes da Constituição da República relacionadas a servidores públicos
2. Estabilidade após três anos de efetivo exercício (art. 41, CRBF);
3. Como regra geral, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos (art. 37, XVI, CRBF);
4. Aposentadoria compulsória ocorre com 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar (art. 40, parágrafo primeiro, II, CRBF).
5. Todas as três alterações propostas são inconstitucionais
6. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 01 – 10 pontos**

##### Questão 02

1. O remanejamento de cargos, tanto vagos como ocupados, de uma Secretaria de Estado para outra, é instrumento de organização administrativa, não afrontando a ordem constitucional.
2. A transferência de Pedro, do cargo de auditor interno para o de analista de apoio, afronta a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público (art. 37, II) e a Súmula Vinculante nº 43 do STF.
3. Apesar de as instâncias ordinárias terem invocado a Lei Federal nº 123, a causa pode ser submetida, de imediato, ao Supremo Tribunal Federal, por ter sido afrontada Súmula Vinculante.
4. O instrumento mais célere e adequado à submissão da causa ao Supremo Tribunal Federal é a reclamação (art. 103-A, § 3º OU art. 7º, caput, da Lei nº 11.417/2006 OU art. 988, IV, do CPC/2015).
5. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 02 – 10 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 26/08/2018

### Roteiro de Correção

#### Analista Legislativo - Comunicação Social - Jornalismo

##### Questão 01

A1. O candidato deve perceber que uma publicação mensal especializada deve se interessar por uma pauta aprofundada sobre a violência contra a mulher e, como assessor, deve enfatizar aspectos relativos à legislação sobre ao assunto.

A2. O candidato deve demonstrar conhecimento de como se estrutura uma pauta destinada ao gênero reportagem, priorizando as fontes ligadas ao Poder Legislativo.

B1. O candidato deve demonstrar domínio sobre as características das mídias sociais digitais, com ênfase em seu potencial multimídia e de interatividade.

B2. As ações propostas pelo candidato devem ser capazes de atingir um público amplo e enfatizar as leis solicitadas na questão

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio.

**Total da Questão 01 – 20 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 26/08/2018

### Roteiro de Correção

#### Analista Legislativo - Comunicação Social - Relações Públicas

##### Questão 01

- a. O candidato deve apresentar o evento de acordo com a tipologia solicitada e segmentar o público-alvo levando em conta o assunto da palestra: características e importância da campanha e a faixa etária para qual está prevista a vacinação.
- b. Na fase de pré-evento, o candidato deve detalhar todo o planejamento da palestra, envolvendo local, data, palestrante, convidados, forma de divulgação etc.
- c. Na fase transevento, o candidato deve ressaltar a importância da recepção de todos os envolvidos, bem como o controle operacional do evento e realização de pesquisa de opinião entre os frequentadores do evento.
- d. No pós- evento, o candidato deve enfatizar a importância da desmontagem, prestação de contas, agradecimentos, tabulação dos dados de pesquisa, bem como realização do portfolio do evento.

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio.

**Total da Questão 01 – 20 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**FGV PROJETOS**

PROVAS DO DIA 26/08/2018

### Roteiro de Correção

#### Analista Legislativo - Processo Legislativo

##### Questão 01

1. Há necessidade de licitação
2. Licitação na modalidade concorrência
3. Citar e explicar um princípio, como da modicidade, continuidade, atualidade, cortesia, economicidade, generalidade, submissão a controle, isonomia
4. Sim, extinção por encampação
5. Encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização
6. O inadimplemento do usuário do serviço público pode, em regra, ocasionar a interrupção do serviço, desde que o usuário seja previamente avisado
7. Caso o poder concedente (Administração Pública) descumpra as normas contratuais, em regra, NÃO é possível a aplicação imediata da exceção do contrato não cumprido pelo concessionário. Há necessidade de ação judicial especialmente intentada para esse fim.
8. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 01 – 20 pontos**



**CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**



**PROVAS DO DIA 26/08/2018**

**Roteiro de Correção**

**Analista Legislativo - Redação e Revisão**

**Questão 01**

**Estrutura do Texto**

- coesão entre as partes do texto
- abordagem do tema coerente com o solicitado
- argumentação adequada aos posicionamentos adotados

**Estruturação Linguística**

- adoção de língua padrão: desvios
- adoção do padrão escrito da língua
- estruturação adequada dos segmentos do texto

**Total da Questão 01 – 20 pontos**